

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIII

**Viver entre livros, prolongando a invenção
da vida**

AIRES AUGUSTO NASCIMENTO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2022

Viver entre livros, prolongando a invenção da vida

AIRES AUGUSTO NASCIMENTO

1. O LIVRO PARA A DISTENSÃO DO ESPÍRITO



Quase não sabemos viver sem estarmos rodeados de livros. Alguns querem-nos, mesmo que seja em suporte digital; outros resistem estoicamente ao engodo da virtualidade – intensiva e invasiva. Compreendemos a uns e a outros: a uns, sobretudo porque lhes faz falta o espaço que os livros ocupam em apartamentos exíguos nas habitações de hoje; a outros, sobretudo, porque é justo reclamar silêncio inventivo, para manter o contacto com os autores que chegam de mansinho – para os ouvirmos, em diálogo sussurrado, recolhidos a sós com cada um deles na sua vez. Guardei,

entre os meus papéis, a caricatura do velho *Livreiro* (que é *leitor* compulsivo), criada por alguém, cujo nome não retive, a partir da antigo retrato do *Bibliotecário* executado pela mão do imaginativo quinhentista Giuseppe Arcimboldo – outro imaginou que se tratava de “leitor insaciável durante o pequeno-almoço”, como se pode depreender das folhas do jornal que espreita por entre os volumes que se acotovelam na frente do personagem...

Por muito tempo ainda, aos livros haveremos de querê-los concretos e tangíveis, fisicamente e afectivamente – não apenas nas estantes, mas profundamente depositados na alma¹. Apesar de todos os avanços da tecnologia e de toda a

¹ Fernando Báez, *Los primeros libros de la humanidad. El mundo antes de la imprenta y el mundo electrónico*, Madrid, Fórcola, 2013.

versatilidade trazida pelos últimos produtos digitais, é nos livros de papel que continuamos a rever-nos e nos vamos construindo: habituámo-nos a eles, porque têm dimensões de aconchego e neles prolongamos os nossos afectos e nos sentimos distendidos – de corpo e de alma, para lhes medirmos as dimensões que nos dão a tensão e a respiração dos sentimentos – sabendo, aliás, que pelo menos os livros antigos, feitos de papel de trapo (e não de pasta de celulose), continuam a reagir ao ambiente e levam a ficcionar o que por eles passa².

É facto que alguma vez nos deixámos enleiar por um fac-símile que imita e recorda a suavidade do pergaminho ou faz sentir o enconchar dos fólios em torno de uma espinha imaginária, ao mesmo tempo que no realce da cor pretende acentuar a beleza das iluminuras espalhadas pelo texto, a estruturar a leitura³; alguma vez também chegámos a reconstituir os modos artesanais que passaram pelo papiro, suporte simples e barato da escrita; em exercício académico, fizemos que alguns aprendessem a reconstituir o caderno do códice, segundo tamanhos e proporções favoráveis à leitura, segundo regras convencionais e proporções optimizadas⁴.

² José V. de Pina Martins ficcionou para a posteridade as reacções de um dos seus incunábulo por ele oferecido à Academia das Ciências, para que o número dos que pertenciam à Instituição atingisse o número perfeito de cem: uma tarde em que como Presidente da ACL se demorara nas instalações da Academia, sentiu vozes vindas da Reserva da biblioteca e aproximou-se; era o seu velho livro que lhe queria confidenciar desgosto pelo abandono a que se sentia condenado, pois ali, para onde fora remetido desde que saíra da sua sala de leitura a que se habituara, nenhum académico o visitava... Cf. José Vitorino de Pina Martins, *Histórias de livros para a história do livro*, ed. Aires A. Nascimento, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 225-231: “As queixas de um Incunábulo (Veneza, 1475) esquecido e abandonado”. Tivemos a ventura de salvar o dactiloscrito deste livro, que, com a concordância de Dona Primola Pina Martins encaminhámos para a Fundação Gulbenkian e cuja edição preparámos de seguida; o livro veio a ser galardoado com Prémio da SPA, que o seu autor ainda recebeu das mãos do Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, em sessão solene.

³ Aires A. Nascimento, “Iluminura, um traço distintivo”, in *A Torre do Tombo na viragem do século – Catálogo de Exposição*, Lisboa, ANTT, 2000, pp. 29-33.

⁴ Hoje voltámos aos tempos antigos, a convite do livro de Irene Vallejo Moreu, *El infinito en un junco*, Ediciones Siruela, Madrid, 2019. Com saudade recordamos os tempos em que um grupo de alunos do Ensino Secundário na Madeira, coordenados por uma aluna que seguia o curso de Língua Latina que nos estava confiado no Centro Universitário da Faculdade de Letras no Funchal, se dedicou a preparar folhas de papiro e se entusiasmou a entender o percurso primitivo do livro na cultura latina: cf. Aires A. Nascimento, “La fabrication du papyrus: une expérience pédagogique et quelques précisions techniques”, *Euphrosyne*, 16, 1988, pp. 323-326.

Não obstante as advertências eruditas de Johannes Trithemius (1450-1526)⁵, que celebrava a resistência do pergaminho e reagia perante a fragilidade do suporte de papel, é a este que de há séculos ainda nos sentimos vinculados: sendo frágil, faz-nos sentir que à fragilidade da nossa condição humana podemos contrapor o anseio de eternidade, na persistência da memória, multiplicando arcos de espera que sejam pontes de esperança por entre traços de filigrana que deixava a marca do papelero⁶.

Não lemos o livro por inteiro, de uma só vez, mas precisamos dele para descansar da labuta diária e a ele voltamos para sentir a circulação de cultura entre aqueles com os quais convivemos e nos dilatam os horizontes. Pierre Bayard (a quem devemos o sábio reconhecimento de que por vezes é saudável imaginar o que o livro contém, mesmo sem o lermos) explica que a qualquer momento precisamos do livro para nos sentirmos integrados no mundo que ele representa e que por ele chega até nós se formos capazes de o antecipar⁷ – de facto, um livro é tanto mais criativo quando sobre ele lançamos o desejo e o procuramos em leitura inventiva.

Ler é um acto de eleição e de reconfiguração de liberdade própria; por isso, ainda que seja para evitar um bocejo, em simulação de sonolência ou de ironia em algum momento mais baço, temos direito a repetir com Fernando Pessoa: «Ai que prazer não cumprir um dever, ter um livro para ler e não o fazer»⁸.

⁵ Olhando para a fragilidade do papel e para a resistência do pergaminho, Johannes Trithemius (nascido Johann von Heidenberg), perguntava-se, incerto, sobre as vantagens de um e de outro suporte; a possibilidade de obter o segundo a baixo preço abriu caminho para as escolhas e tornar o livro ao alcance de muitos leitores. Em *De laude scriptorum manualium* (1492), escreveu: “O livro impresso é um objecto de papel: em pouco tempo deteriora-se completamente; em contrapartida, o copista que entrega as letras ao pergaminho estende-se a si mesmo e à sua vida por tempos além”.

⁶ Mais que citar o volume de Charles-Moïse Briquet, *Les filigranes*, Berna, Suter & Lierow, 1888 (de consulta obrigatória, mas insuficiente para os papéis portugueses), deveríamos referir as tentativas por nós feitas para recolher as marcas-de-água em projecto apoiado pela TECNICELPA e pela Biblioteca Nacional de Lisboa...

⁷ Cf. Pierre Bayard, *Comment parler des livres que l'on n'a pas lus?*, Paris, Minuit, 2007.

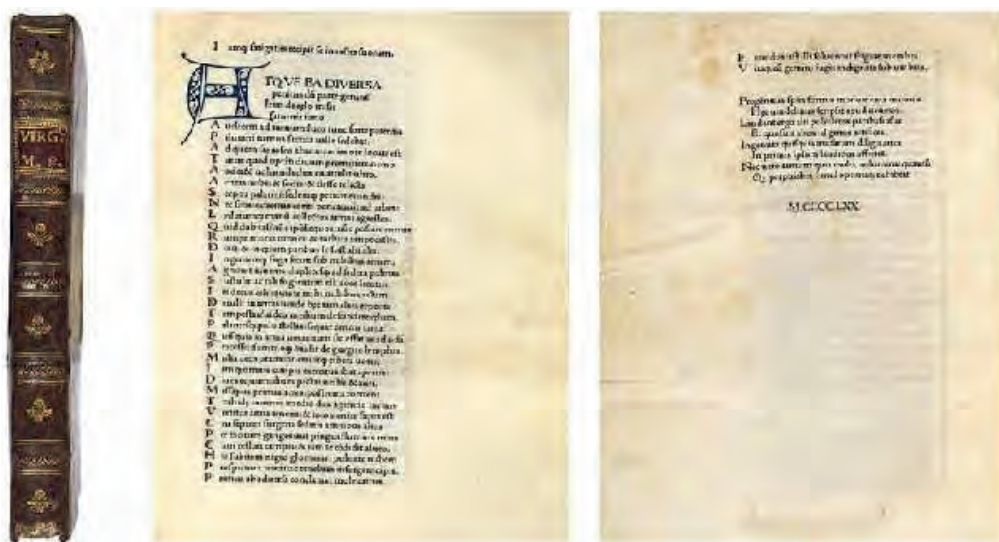
⁸ O poeta terá acabado o poema em Março de 1935, como grito de “Liberdade”, contra os apertos das Finanças, hostilizando Oliveira Salazar, face visível de um tempo de austeridade; não é essa parte que interessa: *videant consules*, a nós basta-nos ser *lectores in fabula*. Passe a ironia do poeta, o contexto remete-nos para uma reminiscência (menos que citação) de um passo de Salazar que preferia deixar escrever menos para levar a ler melhor, e para outro de Séneca que via quem, por preguiça, deixava empilhar os livros até ao tecto de casa, sem os abrir. Cf. Luís Prista, “O melhor do mundo não são as crianças”, *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Ivo Castro e Inês Duarte org., 2 vols. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, pp. 217-238.

Não lemos por acto espontâneo, mas aprendido, para poder ficar disponível como hábito: a escola tem por função ensinar-nos a ler; no entanto, por vezes esquece que deveria ensinar-nos também a «inventar» o livro, para o desejar, e com isso conviver com o autor. Viver entre livros é criar oportunidade de a eles recorrermos quando necessário.

É por isso que nos obrigamos a não dispensar as bibliotecas e havemos de reclamar que haja nelas o depósito legal para que ao menos em cada região haja uma biblioteca que seja representativa da produção do seu país e da sua cultura, pois a qualquer momento precisaremos de saber onde nos havemos de dirigir para nos situarmos na nossa identidade de tempo e de lugar: não tanto para discutirmos uns conteúdos quaisquer (mais ou menos especializados), mas para convivermos uns com os outros em linguagem comum e em conhecimentos bastantes sobre aquilo que atravessa a nossa cultura.

2. LIVROS DESPERDIÇADOS

Somos uma cultura que, por definição, se vai fazendo com os outros, indo ao encontro deles na memória de um tempo que também é nosso. O livro faz parte do nosso quotidiano – banal, tantas vezes; outras vezes, porém, atravessado por



gestos tão excepcionais que até causam estranheza e chamam a atenção dos mais distraídos. Uma vez ou outra, os apelos são insistentes e não conseguimos resistir-lhes, embora seja silenciosa a sua voz; outras vezes, só damos por eles quando essa voz partiu para longe ou daí regressa, a lembrar que outrem se enamorou deles e eles tomaram caminhos que só serão nossos se nos resolvermos a sair à procura deles, no outro lado do mundo.

Seja um caso, embora de exemplar tenha pouco. A 12 de Julho de 2013, numa sessão da Christie's, em Londres, foi licitado um exemplar de uma edição de Vergílio; procedia de Portugal onde era nada menos que o único exemplar conhecido de uma vetusta edição veneziana de 1470, de que se conhecem apenas uns vinte e cinco testemunhos espalhados pelo mundo. Por se tratar de incunábulo, seria obrigatório, por disposição conhecida, tratar cada um desses testemunhos como caso único e a estudá-lo como tal: com os meios que hoje estão disponíveis, a cada possuidor compete assumir para si o estudo individualizado do suporte material e a partilhar com outros interessados as particularidades que a si couber identificar; alienar qualquer dos testemunhos conhecidos equivale a viver fora da comunidade de leitura e de estudo⁹.

No acto de leilão, o exemplar atingiu a soma de £1,181,875, ou \$1,848,453: a raridade da edição justificava a soma paga pelo incunábulo e a Universidade de Princeton adregou encontrar meios para o adquirir com o intuito de o integrar na sua colecção vergiliana, onde fica entre mais de 300 edições diferentes (umas 332, ao todo, se a nossa contagem bate certa).

A saída do exemplar de Portugal, para ser transacionado, foi autorizada segundo as regras de lei: tudo em regra, mas tudo com um critério falível e contestável – o da legitimidade de um proprietário vender o que lhe pertence... Questão discutível e pertinente é se deveriam ser respeitados outros critérios, pois ninguém é senhor do tempo e ele conta para os valores em causa: no caso concreto, não clamaremos por escândalo, mas, em boa consciência, seremos

⁹ O exemplar em questão saíra de Portugal, com as licenças formalmente em regra, a fim de ser submetido a venda pública; acabava-se ali uma pendência que fora suscitada em divisão de bens de família submetida a tribunal. Gostaríamos de conhecer a história do exemplar, pois pertenceu a uma família de Évora; a edição, por muito rara que seja, devia também dizer alguma coisa da sua passagem pelos nossos meios; tratava-se de Publius Vergilius Maro, *Opera* (*Bucolica, Georgica, Aeneis*, cum argumentis), Veneza, Vindelinius de Spira, 1470: consta das colecções da Princeton, VRG 2945 1470q.

levados a perguntar que sentido fazia reter uma espécie bibliográfica pela qual, ao longo de anos, nunca se havia manifestado qualquer interesse (que se saiba) e da qual nem a família a que pertencia guardava memória de uso ou de estudo...; integrado numa colecção e estudado em comparação com exemplares do mesmo impressor ou com edições de outros impressores servirá para alargar conhecimentos que interessam à cultura vergiliana, à qual pertencemos como colectividade¹⁰. Desperdiçámos o que nunca havíamos valorizado. Talvez agora lamentemos a sua perda: será consolação nossa que outros fiquem com a possibilidade de prestarem atenção a algo que andava perdido e agora encontra ambiente propício a estudo; algum dia saberemos, porventura, que passou por mãos de humanistas portugueses do século XV¹¹.

O LIVRO PARTILHADO

A história do livro em Portugal tem aspectos menos conhecidos; apesar dos contributos trazidos por alguns estudiosos, estamos longe de fixar linhas de continuidade e de as integrarmos de modo activo.

A figura de José V. de Pina Martins nunca será por demais celebrada pelo que lhe devemos no domínio do livro impresso. Para a história do livro entre nós, havemos de considerar singular a recuperação por ele feita de um documento que nos leva aos tempos em que a própria biblioteca do rei D. Afonso V se abria para permitir o acesso aos livros da biblioteca régia. Passou despercebido esse documento e corria o risco de rumar ao estrangeiro se sobre ele não tivesse caído

¹⁰ Quanto mais chegado ao tempo da publicação fosse a sua presença na família, maior seria o valor informativo: os nossos humanistas que andaram por Itália (como eram os filhos de João Teixeira, alunos de Ângelo Policiano) não terão deixado de estar atentos às edições de clássicos que ali iam sendo trazidas a público pela imprensa de Veneza.

¹¹ Para quem goste de saber, diremos que a colecção vergiliana da Universidade de Princeton se deve a Junius Spencer Morgan (1867-1932), sobrinho de John Pierpont Morgan, homem da finança norte-americana. J. S. Morgan começou a colecionar edições de Vergílio e entregou à Universidade de Princeton essa colecção, avaliada em \$50,000 em Dezembro de 1896, continuando a alimentá-la até três meses antes da sua morte, em que entregou um edição da Eneida, publicada por Wolfgang Stoeckel em Leipzig em 1511. Segundo registos divulgados em anos passados, a Biblioteca da Univ. Princeton acolhia 1 346 edições das obras completas de Vergílio, 34 das quais eram incunábulos; em tradução, tinha exemplares em inglês, francês, italiano, espanhol, dinamarquês, alemão, polaco, português, checo, grego, romeno e húngaro.

o olhar perspicaz desse homem de livros e de cultura: entendeu ele a importância do documento e comprou-o a expensas próprias, sem oposição de outros pela veneração que a todos ele merecia.

No enlevo da aquisição, Pina Martins entendeu que o monarca instituiria uma biblioteca de acesso público. Não seremos tão afoitos, mas a questão deve ser posta, ainda que como hipótese de trabalho¹². Vale a pena atender ao teor do documento: em 1462, o rei concede ao seu conde palatino¹³ a isenção de pagamento de taxa de empréstimo de um *Espéculo* que aquele nobre queria pedir à biblioteca régia¹⁴. Diz tal documento:

Nós El Rey fazemos saber a quantos este nosso alvará virem que nós fazemos mereçee ao presidente conde pallatino do nosso comselho do nosso livro que se chama Especullo que teemos em a nossa livraria em a cidade de Lixboa. E porem mandamos a Gomez Eanes D'Azurara, nosso cavaleiro e comendador do Pinheiro Gramde e da Granja e nosso canonista [por *cronista*] que da dicta livraria tem carreguo que lho entregue loguo tanto que lhe este nosso alvará for apresentado, sem embargo alguñ que a ello ponha. Do qual alvará queremos que nom pague chamcellaria alguña, posto que tenhamos hordenado que nehuñ

¹² A questão a dirimir é a própria concepção de biblioteca mediante a determinação das suas funções; hoje tomamo-la como “sistema de recolha, organização, tratamento, prestação e utilização de informações e documentos, constituído por vários serviços que interagem entre si e todos em concatenação para um fim cultural, que é o da disponibilização de conhecimentos difundidos dentro de uma comunidade textual”. Cf. Giovanni Solimine, *Introduzione allo studio della Biblioteconomia. Riflessioni e documenti*, Manziana, Vecchiarelli, 1995, p. 208.

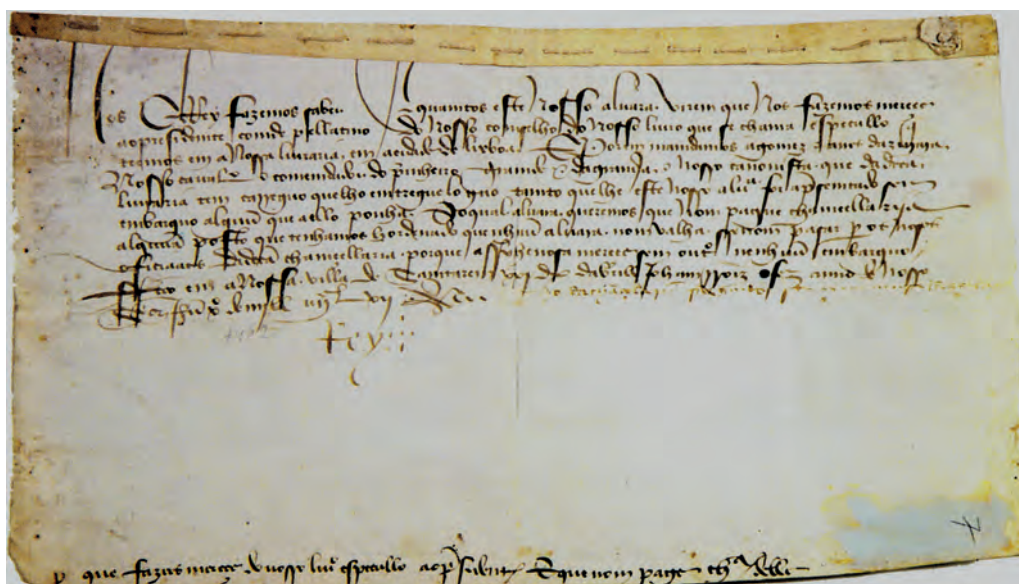
¹³ O Conde Palatino era Rui Gomes de Alvarenga, que tinha o privilégio de soberania delegada no que respeitava à Administração do Reino e à Justiça; era doutor em Leis, presidente da Casa da Suplicação (em 24 de Junho de 1452), fidalgo do Conselho dos reis D. João I, D. Duarte, chanceler-mor e D. Afonso V (confirmado a 10 de Agosto de 1463); foi embaixador a várias cortes estrangeiras, nomeadamente a Castela em 1424, e alcaide-mor de Torres Vedras. Está sepultado com sua mulher em túmulo, em estilo gótico, na igreja da Graça, em Lisboa; aí se pode ler: “Aqui jaz o muito prezado Senhor Ruy Gomez de Alvarenga Presidente e Chanceler Mor do Conselho dos muito excelentes príncipes El-Rei D. Duarte El-Rei D. Afonso V: filho do muito honrado Senhor Gomez Moniz de Vasconcelos, Chanceler Mor do Conselho do muito poderoso Rey D. João I filho da muito nobre virtuosa Senhora Catarina Teixeira, camareira mor da muito excelente Princesa a Infante Dona Isabel Duquesa de Borgonha: finouse a xxbij de Agosto de 1473”.

¹⁴ A identificação do livro em causa pode causar dúvidas; apesar de tudo, não será descabido presumir que se possa tratar de obra atribuída ao rei D. Afonso X, o Sábio e conhecido também como “Libro del fuero” ou “Libro del espejo de Derecho”, que tinha sido distribuído pelos concelhos a partir de 1255, numa demonstração da sua pretensão ao título imperial; terá esse livro servido de base para as *Sete Partidas*: temos em nossa posse a edição realizada por Robert A. MacDonald, *Espéculo – Texto jurídico atribuído al Rey de Castilla Don Alfonso X, el Sabio*, Madison, Univ. de Richmond, 1990.

alvará nom valha, ssenom pagar per os nosos oficiaaes da dicta chancellaria, porque assi he nosa mereçee sem outro nehuũ embargo. Fecto em a nossa villa de Samtarem xxiv d'abrill. Joham Rroiz o fez anno de Nosso Senhor Jhesu X.º de mill iii.c lxii.

Rey.

Per que fazas merçee do nosso livro Especullo ao presidente. E que nom pag[u]e chamcellaria delle.



É solene o enunciado do protocolo, pois era raro fazer o empréstimo de um livro. Durante muito tempo, o livro não era um bem quotidiano: mesmo os monges, que proclamavam conformar-se com o voto de pobreza, não se permitiam emprestar um livro sem reclamarem um penhor e sem exigirem a sua devolução¹⁵. É que o livro era caro e era um bem tanto mais difícil de substituir quanto não abundavam os artesãos que fossem capazes de o fabricar ou de o

¹⁵ Por serem escassos os inventários de tempos mais recuados, vale a pena tomar em conta o que recuperámos ainda a tempo: Aires A. Nascimento, “Livros e claustro em Portugal no séc. XIII: o inventário de S. Vicente de Lisboa”, *Didaskalia*, 15, 1985, pp. 229-242 (reajustado em *Ler contra o Tempo: Condições dos Textos na Cultura Portuguesa (Recolha de Estudos em Hora de Vésperas)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2012, 1.º tomo, pp. 225-236).

repor; a singularidade não se ficava pela materialidade, mas estendia-se ao seu conteúdo.

Por isso o livro era um tesouro. Em tempos adiantados da Idade Média, os livros e as bibliotecas tornaram-se manifestação de grandeza e poder: ficavam distantes, mas colocados a distância, em todos os tempos, houve quem os tomou como deleite de alma e expressão de cultura cada vez mais necessária para integrar no governo e na administração dos Estados.

Afonso V herdara certamente a biblioteca de seu pai¹⁶ e não lhe escapava provavelmente a biblioteca de seus tios, nomeadamente os Infantes D. Pedro e D. Fernando, nem se esqueceria ele dos cuidados com os livros que mantinha sua tia, a Duquesa da Borgonha, Dona Isabel¹⁷; no entanto, não se coibiu de desfazer-se de uma versão espanhola de uma Bíblia que provavelmente entrara em sua casa pela mão de algum israelita errante em leituras piedosas e por isso menos atreito a guardar o que outro cobiçava (a origem era judaica é certa, como atesta o Megil.lat Antiochus)¹⁸.

¹⁶ Não temos notícia certa da posse da biblioteca de D. Duarte por parte de D. Afonso V, mas havemos de admitir tal situação, embora não haja referências a isso, quanto à composição dessa livraria, de que não temos possivelmente mais que o elenco da “livraria mais chegada / de mão”, cf. Aires A. Nascimento, “As livrarias dos Príncipes de Avis”, *Ler contra o tempo...*, pp. 249-267.

¹⁷ Vale a pena recordar que Filipe, o Bom, marido de Dona Isabel, tinha bibliotecas em várias cidades dos seus domínios: em Dijon, testemunham-no três inventários; por 1430, tinha bibliotecas em Gand, Bruges, Bruxelas, mas, após ter reunidos as várias províncias, concentrou as bibliotecas em Bruxelas, num total de 1804 manuscritos. A sorte da biblioteca sofreu as vicissitudes da sucessão. Cf. *La librairie des ducs de Bourgogne. Manuscrits conservés à la Bibliothèque royale de Belgique*, dir. Bernard Bousmanne, Tania Van Hemelryck e Céline Van Hoorebeeck, Turnhout, Brepols, 2000; Monique Sommé, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: Une femme au pouvoir au XV^e siècle*. (Histoire et Civilisations.) Villeneuve d’Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

¹⁸ Cf. Gemma Avenzoa, *La Biblia de Ajuda y la Megil.lat Antiochus en romance*, Madrid, CSIC, 2001; Ead., *Biblias Castellanas Medievales*, San Millán de la Cogolla, cilengua, 2011. O colofon do manuscrito da Ajuda, 52-XIII-1 é explícito: “Esta Biblia fue del Rey dom Afonso que Deus aja e deo-lha a Pero Bentez e Pero Bentez a vendeo a Diogo Rodriguez, almoxarife da sisa judiega, e elle a vendeo a min, mestre Fernando por seys cruzados. E costou me de çulfar e emquadernar e iluminar a primera folha quatrocentos reais etc.” Acompanhámos o estudo da referida investigadora, desde o tempo em que nos procurou para formação codicológica; a ela confiámos o estudo que nós não tínhamos ensejo de levar a cabo e ela prolongou por dez anos de investigação. Entendemos que há boas razões para considerar que Mestre Fernando era físico / médico da corte de D. Afonso V; por vias desconhecidas, o manuscrito regressaria à Biblioteca Real; sugerimos que terá sido pela recuperação feita por D. Teotónio de Bragança, quando arcebispo de Évora. A hipótese de ter andado no círculo de Dom Isaac Abravanel (cf. Benzion Netanyahu, *Dom Isaac Abravanel*, trad. Isaiás Hipólito, Coimbra, Tenacitas, 2012) não parece plausível, a não ser pela proximidade que ligava Abravanel à Casa de Bragança, coisa que se tornara suspeita ao rei D. João II.

Situemos o documento. Pelo teor dele, o rei D. Afonso V dá instruções a Gomes Eanes de Azurara, para emprestar um livro da biblioteca régia; o cronista entrara ao serviço de guarda da Torre do Tombo, segundo se colhe da carta de sua nomeação passada a 6 de Junho de 1454; acumulara Zurara também as funções de bibliotecário da livraria régia, fundada por aquele monarca, segundo nos informa mestre Mateus Pisano.¹⁹ Ao contrário do que poderia deduzir-se da expressão deste humanista italiano (que viera a Portugal para escrever crónicas das coisas portuguesas, conforme diz o próprio Azurara no capítulo II da *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*), o rei não abria mão dos seus livros indiscriminadamente ou sem penhor de garantia: no caso, a excepção é feita em favor do doutor Rui Gomes de Alvarenga, presidente da Casa da Suplicação e Conde palatino.

A biblioteca fora criada anos antes, possivelmente em 1 de Janeiro de 1448, quando o rei traçou o seu projecto para o paço da Alcáçova; em 1450, já a biblioteca estava instalada, como se depreende de pagamento ao carpinteiro Simão “de feito de duas mesas que fez pera a cassa honde está a nossa livraria”. Gomes Eanes de Azurara aparece mencionado como responsável pela livraria, em 1451, e, anos mais tarde, em 1460, o Condestável D. Pedro, em carta a ele dirigida, mostra saber que o rei (seu sobrinho e cunhado) se deslocava a esse lugar²⁰.

Seria pública a biblioteca do rei D. Afonso V? Não há razões para o afirmar e pode pôr-se em dúvida que assim fosse, quando a leitura parecia restrita até pela carestia de livros e pela falta de escolas que os reclamassem.

Efectivamente, a abertura de bibliotecas públicas tem um começo auspicioso na Europa, em meados do século XV. Só em 1475 seria oficialmente fundada a

¹⁹ Mateus Pisano, *Gesta illustrissimi regis Iohannis De bello Septensi*, ed. José Corrêa da Serra, in *Collecção de livros inéditos de História Portuguesa, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, e D. João II*, Lisboa, Academia das Ciências, 1790, p. 27, refere-se a Gomes Eanes de Zurara como curador da biblioteca do Afonso V: “Hic bibliothecam Alphonsi quinti, cuius curam gessit, strenue disposuit atque ornauit, omnesque scripturas Regni prius confusas mirum in modum digessit, & ita digessit ut ea, quibus Regi & caeteris Regni proceribus opus est, confestim discernantur: viros etiam eruditos summe coluit, atque nimio charitatis amore complexus est, quibus ut profecissent ex Regia bibliotheca libros, si parebant, libenter commodavit.” Em tradução: “Teve ele a seu cuidado a biblioteca de Afonso V e empregou todas as forças a organizá-la e a dignificá-la; a toda a documentação do reino que andava antes desordenada deu-lhe um tratamento de causar a maior admiração e tal foi o modo como o fez que tudo aquilo que o rei ou qualquer nobre do reino necessitassem de imediato se dava com ele. Manifestou o maior apreço por homens de saber e tratou-os com as maiores provas de estima e afecto real, sempre que aí se apresentavam”.

²⁰ Cf. Saul António Gomes, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 151 ss.: “A livraria real”.

Biblioteca Vaticana, por Sixto IV; no entanto, já em 1451, o Papa Nicolau V abria aos eruditos a consulta da sua biblioteca que recolhia mais de um milhar de códices. Pela mesma altura, em 1452, a Biblioteca Malatestiana de Cesena, nas imediações de Ravena, abre as suas portas aos cidadãos da cidade e constituía para ela uma administração cívica comunal combinada com a patronal do respectivo convento (dos Franciscanos)²¹.

Ora, há diferenças substanciais entre a biblioteca dos Malatesta e a de Afonso V: a malatestiana era dotada de verbas para aquisições (200 ducados anuais), tinha inspecção comunal sobre os livros que eram colocados cada mês à disposição dos leitores nas estantes (com livros encadeados para não serem deslocados, mas também protegidos por excomunhão para quem os extrviasse ou os retirassem sem autorização prévia). Entrava-se assim num novo modelo de biblioteca, caracterizadamente pública, porque sujeita a entidade comunitária que zelava pela sua conservação e integridade, mediante a nomeação de um responsável que era o bibliotecário.

Não é o caso da biblioteca de D. Afonso V: por contraposição, entendemos que esta era biblioteca privada (régia) que o rei consentia em abrir a leituras de outros, sob a autoridade de um encarregado, o cronista Gomes Eanes de Zurara.

4. O LIVRO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM, QUE A ESCOLA DEVIA ENSINAR A LER.

Pierre Bayard, que escreveu sobre «como falar dos livros que nunca lemos»²², defendeu também que «a escola deveria ensinar a diferença entre ler e viver com os livros», pois «ela apenas nos ensina uma única maneira de ler – da primeira à

²¹ A biblioteca Malatestiana (do nome do príncipe, Domenico Malatesta, Senhor de Cesena) era radicalmente uma biblioteca monástica que os frades franciscanos, mas por decisão senhorial passa ao serviço comunal; por reconhecerem que a quantidade de livros que tinham ao seu dispor ultrapassava as suas necessidades, os Franciscanos aceitaram abrir aos habitantes da comuna, por acordo com o príncipe local; ou seja, mediante obras de ajustamento realizadas pelo arquitecto Matteo Nuti de Fano, em 1452, abria-a a Biblioteca ao serviço da comunidade.

²² Pierre Bayard, *Comment parler des livres que l'on n'a pas lus*, Paris, Minuit, 2007.

última linha», quando lhe devia pertencer sobretudo «não tanto formar leitores passivos, mas explicar que ler não significa soletrar, mas criar»²³.

A ler devia ensinar a escola: não apenas a soletrar, mas sobretudo a acompanhar a vida pelos olhos e pela palavra de um autor, como se espera que faça quem vai a um museu para contemplar um quadro. Em algum momento nos detivemos a examinar o cânone dos autores²⁴ preferidos pela escola e tentamos para isso verificar os títulos das suas bibliotecas²⁵. À falta de uma sistematização, apresento apenas um caso que terá surpreendido pelo modo como recentemente foi trazido a público.

Em 12 de Fevereiro de 2013, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra propôs-se celebrar 500 anos das bibliotecas universitárias portuguesas. Aos mais habituados a ocuparem-se do tema, tal celebração causava alguma estranheza, a começar pelo Prof. Manuel Augusto Rodrigues, com quem comentámos a ocorrência: é que, à data a que a celebração fazia referência, a Universidade encontrava-se em Lisboa; por outra parte, quem se creditara como estudioso do documento que podia atestar a existência dessa biblioteca / livraria fora indubitavelmente um professor da Faculdade de Letras de Lisboa, Isaías da Rosa Pereira.

Seja: ninguém tem direitos adquiridos sobre a cultura e menos ainda sobre a da Universidade; por isso, a data invocada era boa ocasião para responder perante a comunidade cultural por um património que é de todos²⁶.

Participámos no acontecimento, lembrando algum aspecto anteriormente menos acautelado na pesquisa e devolvendo a quem de direito o que merece ser tomado em conta, como é a existência de uma biblioteca universitária na cidade de Lisboa em data tão alta.

²³ Sirvo-me do registo de um debate de Pierre Bayard com Umberto Eco, traduzido e publicado em *Le Magazine Littéraire*, Junho de 2009, n.º 487, pp. 12-15.

²⁴ Aires A. Nascimento, «À la recherche d'un canon pour aujourd'hui: les classiques de toujours pour des temps nouveaux», in *Latina Didaxis – Atti del Congresso*, a cura di Silvana Rocca, Genova e Bogliasco (14-16 Aprile 2000), Génova, Compagnia dei Librai, 2000, pp. 59-85. = *New Classics for a New Century – Didactica Classica Gandensia*, 42, 2002, pp. 63-84.

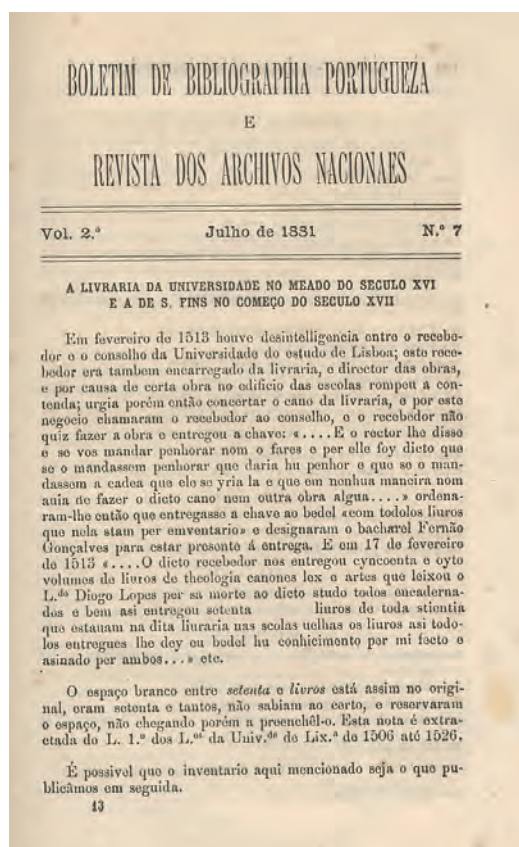
²⁵ Por várias vezes a isso nos entregámos; limito-me a remeter para Aires A. Nascimento, “Percurso na história da cultura portuguesa medieval”, *Ler contra o Tempo*, ed. cit., Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2012, I, pp. 269-317.

²⁶ Por alguma vez colaborámos na reflexão sobre o problema: cf. Aires A. Nascimento, “The Libraries of the University of Lisbon: Current situation”, *Higher Education in Europe*, 14, n.º 4, 1989, pp. 43-52 (em colaboração com Maria Margarida Pino).

O facto não era desconhecido, pois fora trazido à luz do dia, em tempos passados, por Gabriel Pereira, em finais do século XIX.

Realmente, em 1513, a Universidade de Lisboa tinha a seu serviço uma livraria onde eram recolhidos e guardados os livros para efeitos de consulta²⁷. A notícia chegou-nos devido a um caso banal: a 12 de Fevereiro de 1513, Fernando Afonso, recebedor da Universidade, que era também quem tinha à sua guarda a sala da livraria, negou-se a cumprir ordens do Reitor, João Álvares de Elvas, e do Conselho da Universidade, quando lhe foi ordenado que fizesse obras na sala e procedesse à reparação de um cano de água: andava melindrado o recebedor, pois lhe fora proibido executar qualquer obra no edifício e negou-se a fazer uma obra de pequeno vulto, mesmo que o mandassem prender ou lhe impusessem alguma coima; por consequência, a 17 de Fevereiro de 1513, o bacharel Fernão Gonçalves, nomeado para receber os livros, declarou que, na sua presença, o dito recebedor entregara ao bedel os livros que eram daquele legado.

Sem ter de comentar o incidente, havemos de entender que a Universidade tinha a posse dos livros, mas parece que não tinha argumentos para coagir o recebedor invocando que ele, com a sua recusa, estava a pôr em risco a consulta por parte de eventuais leitores; em concreto, apenas se esclarece que era necessário atender à reparações de um cano de água na sala onde eles haviam sido



²⁷ Gabriel Pereira, «A Livraria da Universidade no meado do século XVI e a de S. Fins no começo do século XVII», *Boletim de Bibliografia Portuguesa e Revista dos Archivos Nacionais*, 2, 1881, n.º 7, pp. 193-200.

guardados... Era mais a posse de livros que a forma de disponibilização que preocupava quem tinha encargo de zelar pela livraria universitária²⁸.

Por ser de tempo alto e ser primeira referência ao tema, aqui o transcrevemos o documento:

da chaue da liuraria

Aos XII dias do mes de feureiro de vcXIII annos nas Scolas Geraes do Studo de Lixboa em conselho perante o muito honrado doctor Joam Alvarez d'Eluas, do desembargo del Rey noso Senhor etc, Rector do dito studo, lentes e conselheiros dele pareceo Fernand' Afonso, *Recebedor do dicto studo e per ele foy dicto que ele trazia ali a chaue da liuraria.*

E por ser necessareo corregerse hum cano pera lançar agoa fora da dita liuraria, que a quem mandauam entregar a dita chaue pera se correger o dicto cano.

E per o dito Rector foy dito que ele teuese a dita chaue e que elle mesmo dese ordem como se fezesse o cano e per o dito Recebedor foy dito que lhe nom desem aquele cargo que o nã auia de fazer; e per o dicto Rector lhe foy dito que pois ele tinha fectas todas as obras das Scolas por que nam faria hũa cousa tam pouca.

E per o dicto Recebedor foy dicto que per o dicto conselho lhe fora priuado que nã entendese nas obras do dicto studo que nã avia de fazer aquela nem outras.

E o dicto Rector lhe disse: e se vos mandar penhorar nom ho fares?

²⁸ Vários têm sido os contributos para identificar o percurso do livro entre as individualidades que serviram a Universidade Portuguesa. Além dos citados, tenham-se em conta Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *A Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Estudo dos seus catálogos, Livros de Música e Coro, Incunábulos, Raridades Bibliográficas, Ex-libris e Curiosidades Históricas*, Coimbra, 1921; Joaquim de Carvalho, "A Livraria dum letrado no século XVI: Frei Diogo de Murça", *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 8, 1927, pp. 1-26 (depois, *Estudos sobre a cultura portuguesa no século XVI*, vol. II, pp. 111-204); Mário Brandão, "Livraria do P. Francisco Suarez (Contribuição para a História da Universidade de Coimbra)", *Biblos*, 3, 1927, pp. 325-349; Id., "Inventário da Livraria de um magistrado eborense do século XVII", *A Cidade de Évora*, 19-20, 1962-63, pp. 317-318; António de Oliveira, "A Livraria de um teólogo do século XVI (Francisco Rodrigues Fróis)", *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 27, 1966, pp. 541-585; Id., "A Livraria de um canonista do século XVI (Luis Correa)", Coimbra, 1966; Idem, *A Livraria de um canonista do século XVII (Francisco Gomes)*, Coimbra, Universidade, 1967 (=Biblos, 28, 1967, pp. 5-45); Isaías da Rosa Pereira, "Livros de Direito na Idade Média", *Lusitania Sacra*, 7, 1964-66, pp. 7-60; "Livros de Direito na Idade Média- II", *Lusitania Sacra*, 8, 1967-68, pp. 82-96; Id., "Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais", *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, 16, n.º 63-70, 1971-1973, pp. 97-167 (reeditado em *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 3, 1996, pp. 133-161; 4, 1997, pp. 247-272).

E per elle foy dito que se o mandasem penhorar que daria hũ penhor e que se o mandasem a cadea que ele se yria la e que em nenhũa maneira nõ auja de fazer o dicto cano nem outra obra algũa.

E vendo o dicto Rector a contumacia do dicto Recebedor nom quis proceder contra o dicto Recebedor mas foy logo acordado que ele entregase per enventairo a mim Bedel a liuraria com todos liuros que nela stam.

Per enuentairo pera a qual entrega foy ordenado per o dicto conselho o bacharel Fernam Gonçalvez conselheiro pera star presente ao receber a entrega dos ditos liuros. O qual acordo mandaram que se asentase pera se assinar.

O bedel esto scpriui.

bacalarius Johannes P.

Saluator Licenciatus

Bartholomeus in Vtroque

Rodericus

Francisco d' Andrade

João Monteiro doctor

Gaspar Manuel Licenciatus

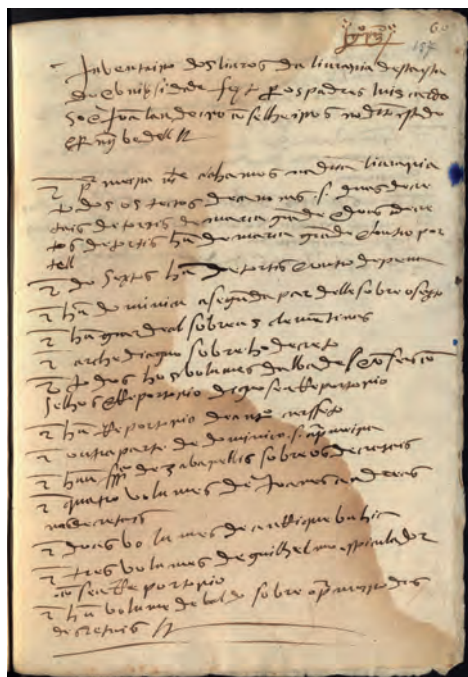
de Crasto bacalarius Menendy.

*

Como seria essa *livraria* da Universidade que, em 1513, estava em Lisboa? Isaías da Rosa Pereira, esclareceu que do dito inventário não se conhece qualquer cópia, mas que subsiste um documento de 1532, eventualmente a coincidir com o primeiro, feito por Luís Cardoso, João Landeiro e Nicolau Lopes, mas também ele só incompletamente transcrito nos livros dos Conselho, além de um outro de 1536: conjecturou o mencionado académico que talvez este correspondesse a inventário preparatório para a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra.

As entradas sobem a 120, mas nalgumas ementas registam-se vários volumes; por outro lado, a variedade compreende obras escritas de mão em pergaminho e letra de pena, mas também outras em letra de fôrma (que o mesmo é dizer resultantes de impressão tipográfica)²⁹.

²⁹ Isaías da Rosa Pereira, "A livraria da Universidade no início do século XVI", *Arquivo da Bibliografia Portuguesa*, 11-12, n.º 37-48, pp. 155-170.



Relendo o estudo de Isaías da Rosa Pereira e confrontando a sua descrição com o original, havemos de reter dele a identificação das obras que constam desse inventário, em anotações que dizem bem da especialização que aquele professor cultivava no domínio da História do Direito Medieval (tema, aliás, do seu doutoramento apresentado na Universidade de Salamanca).

Porém, quanto à parte descritiva, advertimos no salto de uma ementa, depois do n.º 34 (em que haverá que inserir «Quatro volumes de Joham Andre»³⁰).

Importará também acentuar que, na descrição do investigador, foram omitidos elementos secundários, como seja a distri-

buição dos livros por estantes: questão de alguma importância é a constituição da sequência não estabelecer distinção entre o corpo de base e anotações posteriores; constam delas os últimos seis volumes que no documento são referidos como «livros per restituição que se furtarão, segundo se disse, scilicet, a 2.^a parte do Hostiense, e tres partes d'Abade e a Vita Xristi e hũ Vocabularium Iuris perdido».

É de letra diferente, e posterior em data, a anotação final em que se expressa a entrega feita ao bedel Nicolau Lopes, que recebeu, presidiu à descrição e assinou: “E porque de todos me dou por entregue, eu Nicolao Lopez que o esprevy asiney aqui: oje VIII de Junho de V^c XXX VI anos. Nicolao Lopez bedel”.

Não seja por estes pormenores que se perca o trabalho de identificação que mereceu as melhores atenções da parte de quem procurava completar a sua investigação sobre livros de Direito utilizados pela Universidade portuguesa.

³⁰ Trata-se de comentários às *Decretais*. O autor, Giovanni d'Andrea ou Johannes Andreae, (Rifredo, ca. 1270/1275 – Bolonha, 1348) era italiano e foi comentador de Direito canónico, no séc. XIV: Mais conhecida é a sua obra *Novella sive commentarius in decretales epistolas Gregorii IX* (1234), compilada sob a direcção do Papa Gregório IX. Foram seus alunos Cino de Pistoia e Francesco Petrarca. Morreu de peste em 1348.

Enfim, por onde andarão os livros que em 1513 estavam guardados na livraria da Universidade em Lisboa? Pergunta retórica, obviamente. Uns chegaram e outros partiram; poucos deixaram rastro e muito menos notícia formada.

5. IR AO ENCONTRO DO LIVRO

O livro procura aquele que o ama – costumava dizer J. V. Pina Martins³¹: não fica cativo de quem o possui, porque nasceu para ter autonomia e ficar à disposição de todos os que o procuram ou se deixam seduzir por ele; quando é elaborado, é para ser repartido e, se muitas vezes parte sem deixar rastro, vive por quem o sabe encontrar e restituir à sua funcionalidade de base.

Porém, o mercado do livro nem sempre é feito às claras e os intermediários muitas vezes estão mais interessados no lucro a auferir do que no esclarecimento da representatividade cultural de algum exemplar em concreto.

Teremos hoje de reinventar a classe do livreiro que outrora acompanhava o livro desde a sua concepção e seguia o seu percurso (como acontecia com os editores / livreiros dos tempos da imprensa quinhentista); teremos que aprender com altas figuras da cultura como se descobre o livro: J. V. Pina Martins foi, entre nós, um dos melhores representantes dessa cultura e ele não se cansava de repetir quanto aprendera com outros, fossem eruditos da Biblioteca Vaticana, fossem homens de saber como Eugenio Ascensio, fossem antiquaristas que se tinham especializado em identificar as particularidades de tipografia menos abonada e chamativa, como a portuguesa.

Teria ele apreciado certamente a notícia de um exemplar do *Manuale Bracharense*, tradicionalmente dado como perdido e recentemente recuperado, que nos foi dado a conhecer na preparação de um catálogo para leilão.

O conteúdo está plenamente descrito junto das armas do arcebispo D. Diogo de Sousa: “¶ Neste breue manual se conten cousas muito necessarias & proueitosas a todo sacerdote que ha de administrar e dar os sacramentos na madre sancta ygreja. Porque en elle se contem dous baptismos, s., huũ pera ho macho

³¹ Veja-se o que se pode aprender em José Vitorino de Pina Martins, *Histórias de Livros para a História do Livro*, ed. Aires A. Nascimento, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

& outro pera ha femea cada huũ de per si. E assi duas vnçooes e dous encomendamentos todo apartado & mudado as orações cada hũa de per si. E assi as missas de requie[m] todo mudado e corregido de maneira que nenhũ sacerdote pode errar no mudar do latim. E assi som muitas missas deuotissimas & proveitosas pera ha saude dalma e do corpo, as quaes nũca forõ postas em nenhuũ missal nem manual de Braga, segũdo mais largamente estã escriptas na taboa istius operis”.

O cólofon, por seu lado, é suficientemente explícito para se saber o conteúdo e o lugar de impressão: declara quem é o comanditário (responsável eclesiástico), mas fica totalmente omissa o nome do impressor; talvez uma peritagem à tipografia permita chegar a alguma caracterização, mas não estamos livres de ter de deduzir que se trata de obra de algum impressor ambulante que respondeu à chamada do arcebispo bracarense.

Diz o cólofon, que é em versão latina:



Breve Manuale secundum alme Bracharensis ecclesie consuetudinem nouiter emmendatum ac correctum, extractis que in aliquibus libris superflua uidebantur et manu siue precepto peritissimi uiri nonnullis quamplurimum necessariis additum aliisque in suo loco et ordine redactis, que distracta ac inordinata visa sunt. Baptismum namque masculorum (propter imperitiam siue inaduertentiam aliquorum) diuisum maxima cum diligentia a baptismo feminarum et conuerso necnon officium extreme unctionis et officium defunctorum. Impressum in antiquissima Bracharensi ciuitate Hyspaniarum primate, Anno salutis M.D.XVII. die vero XIII mensis augusti.

Não é ocasião para nos demorarmos em considerações. Lembremos apenas que o *Manuale Bracharense* (que é um ritual de administração dos sacramentos)

quase havia desaparecido da memória, pois a notícia última que lográmos fora constituída pelo conselheiro Tomás Norton, que o terá recolhido nas suas terras de Ponte de Lima, se não mesmo no Mosteiro de Refoios de Lima, quando esse edifício passou para sua propriedade; porém, ao ser levada a leilão a sua biblioteca, em 1860, sumira-se o paradeiro deste espécimen³².

Voltou o exemplar à luz do dia em leilão preparado pela Sociedade do Correio Velho, em 24 de Setembro de 2013. Procedia da biblioteca de D. Manuel de Souza e Holstein Beck, Duque de Palmela e Conde da Póvoa, mas tinha marca (carimbo) de ter sido propriedade de T. Norton, Pr (Porto), 26 Julho 1845 / 520: trazia a chancela de Ferreirinha / Encadernação... 1800. Nesse exemplar, alguém mais havia colocado o seu monograma, ao lado das armas do arcebispo de Braga, no 1.º fólio, mas não lográmos identificar a quem corresponde.

O exemplar ia ser levado a leilão, quando fomos alertados da sua existência por pessoa amiga³³, a quem não tinha passado despercebida a advertência que deixáramos no elenco de obras do séculos XIV-XVI, com indicações a exemplares conhecidos e anotação de alguns desaparecidos mas dos quais havia memória.

Convidados a examinar o novo exemplar, depressa deduzimos que duas entidades se deveriam candidatar à licitação: a Biblioteca Nacional (pela singularidade do exemplar) e a Arquidiocese de Braga (pelo carácter pastoral da obra e sua representatividade para documentar a acção do arcebispo Diogo de Sousa quanto ao aproveitamento dos serviços tipográficos); fizemos diligências por

³² O P.^e Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1984, p. 54, não deixara escapar a nota de que de «este *Manual*, em 4.º e em caracteres góticos, foi impresso em Braga, em 1517»; acrescentava que não se conhecia qualquer exemplar, mas «o Conselheiro Tomás Mendes Norton possuiu o único exemplar de que há notícia pelo catálogo do leilão da sua livraria, realizado no Porto em 1860». Sobre Tomaz Mendes Norton pudemos apurar que era de família abastada, de origem inglesa instalada no Norte de Portugal, em fins do século XVIII; foi cônsul de Inglaterra em Viana do Castelo e correspondeu-se com Camilo Castelo Branco quando se tornou proprietário do mosteiro de Refoios do Lima e procurou esclarecer a autoria dos quadros que aí encontrou por compra daquele mosteiro que tinha sido de cônegos regulares e ficara na dependência governamental por extinção das Ordens Religiosas, em 1834: Cf. *Catálogo da livraria do falecido Conselheiro Thomaz Norton*, Porto, Typ. de Sebastião José Pereira, 1860; Luís Norton, *Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Portugalíia, 1964; Tomaz Mendes Norton, *Études sur les oeuvres d'art de Rafael Sanzio d'Urbino au monastère de Refojos do Lima*, 1888.

³³ Foi Pedro Teixeira da Mota quem nos advertiu em tempos em que ajudava na preparação do Catálogo do Leilão pelo Antiquário Correio Velho (Kessinger Publ., 2010).

interessar as instituições em causa: soubemos depois que um generoso mecenas³⁴, advertido das dificuldades financeiras que pendiam sobre a Biblioteca Nacional, se dispôs a arrematar a obra e a confiá-la àquela instituição. Aí foi digitalizada e assim foi posta à disposição dos estudiosos.

Com este exemplar voltámos à figura de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga³⁵: para esta diocese fora ele nomeado por bula de 11 de Julho de 1505, depois de ter sido bispo do Porto e após renúncia em seu favor de D. Jorge da Costa, que, em 1501, se domiciliara em Roma, junto do Cardeal Alpedrinha, seu irmão; faleceu D. Diogo, em 1532, tendo sido um dos arcebispos mais marcantes da diocese bracarense: homem de grande cultura, foi mecenas da cidade e promotor de vida cristã, tendo tomado a seu cuidado reformas pastorais tendentes a regularizar a vida do clero, ministrar instrução catequética aos fiéis, dignificar o culto litúrgico: a celebração de sínodos e a preparação de livros litúrgicos devem contar-se entre as medidas tomadas para tal efeito.

Já como bispo do Porto, D. Diogo se servira da arte tipográfica para intervir pastoralmente na sua diocese, dando à estampa as *Constituições diocesanas* e *Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em romance*, ambas impressas no Porto, em 1497, por Rodrigo Álvares.

Em Braga, deu continuidade ao trabalho editorial começado ainda em tempo de D. Jorge da Costa³⁶. Efectivamente, a D. Diogo de Sousa se deve a preparação e encomenda de várias edições de livros litúrgicos: *Breviariium Bracharense*, nas duas edições (1511, 1528, Juan de Porres), *Missale Bracharense* (1512, Juan de Porres), *Manuale Bracharense*, ritual para administração dos sacramentos (1517), *Antiphonarium* (1520); em língua vulgar, mandou também preparar a *Arte de rezar as horas canonicas ordenadas segundo as regras e costume bracarense*, encomendada ao

³⁴ Trata-se do Dr. Paulo Teixeira Pinto que, como homem de livros e estudioso da cultura, se apercebeu da importância do apelo que lhe foi dirigido pela Directora da Biblioteca Nacional e acedeu a licitar o exemplar que era levado à praça e depois decidiu entregá-lo àquela instituição.

³⁵ Avelino de Jesus da Costa, *D. Diogo de Sousa, novo fundador da cidade de Braga e grande mecenas da cultura*, Braga, 1993.

³⁶ Tem-se hoje como muito provável a intervenção do arcebispo de Braga na publicação do *Sacramental*, Chaves, 1488 (cf. José Marques, "O Arcebispo D. Jorge da Costa e as Impressões Flavienses do *Sacramental* e do *Tratado de Confissom*", *Aquae Flaviae*, n.º 1, 1989, pp. 23-45); a ele se devem outras edições: *Breviariium*, Braga, 12 de Dezembro de 1494, J. Gherlinc; *Missale*, Lisboa, Nicolau de Saxónia, 26 de Julho de 1498; *Manuale Sacramentorum*, Monte Rei, Galiza, 1496, per Magistrum Johannem Berllinch [B por G]; outra edição 1498.

Pe. Xisto Figueira, que estudava em Salamanca: seria impresso este espécimen em Salamanca, por Lourenço de Leão de Dei (23 de Dezembro de 1521) na oficina de Juan de Porres³⁷.

6. RAZÕES PARA PROCURAR OS LIVROS

Razões múltiplas nos prendem ao livro. Mesmo que já não seja escrito à pena e muito menos pela mão de alguém (processo que teve momentos felizes em outros tempos), é um prolongamento de um indivíduo que dele cuidou e eventualmente deles se serviu para leitura ou dele faz justo testemunho de vida e de cultura: limitados nos dias da existência, com os livros podemos alargar o tempo (mais do que Júpiter do *Amphitruo* de Plauto, de quem herdámos o anseio, e tal como aprendemos com Virgínia Woolf, na noite, que nos coube, interessa ocupar o tempo para dilatar o sonho).

Através das leituras que os livros nos proporcionam, damos asas aos sonhos que vêm ao nosso encontro: leva-nos ele para além do espaço em que nos movimentamos, atravessando o tempo a que não resistimos; por isso nos comovemos com a história da bibliotecária do Bloco 31, de Auschwitz, Dita Dorachova / Dita Kraus (Edita Adlerova), uma menina checa de apenas 14 anos que, em 1944, escondia nas suas roupas os oito volumes que conseguia manter consigo durante a noite para no dia seguinte os dar a ler às outras crianças que vinham à sua escola e aprendiam a divisar o mundo para além do arame farpado com que as cercavam³⁸.

Aos livros voltamos para nos sentarmos à janela do nosso convívio e para vivermos com outros, através desses instrumentos do passado: com eles

³⁷ Terá havido também um *Manuale Sacramentorum*, cuja existência foi garantida pelo P.e António Pereira de Figueiredo, que examinou um exemplar, mas que não foi posteriormente identificado: registo diferente é o da edição do *Manuale Bracharense* de 1536, Lisboa, por German Galhardo, de que apareceu recentemente um exemplar em leilão do livreiro Castro e Silva: a essa data, o arcebispo era já o Infante D. Henrique; em 1538 (12 de Julho), por mandato deste último arcebispo, sai outra edição do *Manuale Sacramentorum secundum consuetudinem Bracarensis curiae*, levada a cabo, em Salamanca, pelos mercadores bracarenses João Beltrão e Pedro Gonçalo de S. Martinho, in *edibus Joannis Junte calcographi* (exemplar na BP de Braga). Só um estudo comparado destas edições permitirá verificar eventuais variantes e seu significado.

³⁸ Antonio G. Iturbe, *A Bibliotecária de Auschwitz*, Lisboa, Planeta, 2014.

repassamos os encantos que a experiência de séculos foi afeiçoando, em busca da seiva de qualquer Primavera que ali nos reconforta.



Em subida helicoidal, vamos montando a nossa Torre de Babel, com ela esperando chegar ao céu. Da roda de livros a que nos sentamos, vamos fazendo ponto de encontro, abertos à sabedoria como destino e reconhecendo que ela fica para lá do saber: para alargarmos o nosso olhar e sobretudo retemperarmos as nossas capacidades, vamos levantando a nossa torre de livros (exemplar é a que delineou Jakob Gautel, *La Tour – Tour de Babel*, 2006-2012)³⁹; ao descortinarmos mais algum livro esquecido e reparando que ele fazia falta no lugar em que está, teremos possivelmente a ousadia de o retomar porque com

ele nos sentimos amparados, ao reconhecermos que outros aí nos deixaram testemunho de uma caminhada que é também é nossa e não se faz sem nos cruzarmos uns com os outros – às vezes a pretexto de livros que tomamos ao nosso cuidado⁴⁰.

A algumas instituições foi entregue a responsabilidade de zelarem pelos livros como testemunhos de um passado que neles se prolonga: pouco seria que elas fossem apenas depósitos esquecidos – tanto mais esquecidos quanto mal organizados e tanto mais perdidos quanto não costumam ser procurados ou quanto mais são resguardados para não serem encontrados.

³⁹ Apresentada pela primeira vez no Palais des Beaux Arts de Lille, numa exposição consagrada à Torre de Babel, entre Junho de 2012 e Janeiro de 2013, já tinha sido montada em lugares diferentes em momentos anteriores, desde 2006.

⁴⁰ Tomei certa vez como emblema o quadro de Carl Spitzweg intitulado «Bücherwurm / O rato de Biblioteca» – Museu Georg Schäfer, pintado em 1850; em reflexão pessoal, perguntei-me que faria um leitor tão afadigado para se agarrar a uns cinco livros de uma só vez e não os largar, empoleirado no alto de um escadote que o pendurava no cimo de uma prateleira ao alto do imóvel: avidez de posse não era certamente, mas, pela quantidade de livros, talvez sofreguidão de voltar a algum passo de texto que lhe fugira da memória e precisava de referência precisa. Servi-me dessa imagem em Aires A. Nascimento, *Ler contra o Tempo: Condições dos Textos na Cultura Portuguesa (Recolha de Estudos em Hora de Vésperas)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2012.

Mais se estima aquilo a que melhor uso se dá. O livro não escapa a pretextos de vaidade, mas se há razões para termos livros é porque há leitores que os procuram para os lerem: dá-los a ler aos que os apreciam é função das instituições que os receberam; se os leitores os procuram, às instituições que os guardam pertence criarem condições para que esses livros sejam disponibilizados de forma generosa.



Tem a Academia uma biblioteca que é um bem colectivo e é representativa de uma boa parte da cultura portuguesa: só o será se estiver articulada com outras e se à cultura portuguesa prestar a quota-parte que pode e deve dar. Seria pena que, por falta de tratamento e disponibilização, essa biblioteca não honrasse a divisa da própria Academia. Não há que ter vaidades; há que servir a cultura e saber que o livro é fundamentalmente um instrumento cultural: só o será se for disponibilizado. Também nisso cabe a divisa que a Academia escolheu por lema: *Nisi utile est quod facimus stulta est gloria* (Fedro, *Fabulae*, III, 17, 12) – «Se aquilo que fazemos não é útil, estulta é a glória». Posta pelo fabulista nos lábios de Minerva e tomada por lema da Academia, a sentença representa um programa para quem convive com os seus livros, sejam eles pessoais sejam colectivos: a pretensão não será a de alargar o mundo, mas com ela teremos direito a ver como outros abriram caminhos que ficaram para os trilharmos também.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014)